

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Município de Paulínia

**Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PAULIPREV**

Aos oito dias do mês de Agosto de dois mil e dezessete, às dezoito horas e dez minutos, no plenarinho da Câmara Municipal, reuniram-se o Conselho Administrativo e Fiscal, Diretor Presidente, além de servidores para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme Regimento Interno dos Conselhos.

**Pauta do dia:** Leitura das atas dos dias 25 e 31 de Julho do corrente ano; 51º Congresso Nacional ABIPEM em Maceió (participantes Nara, Francinete e Adriana) e composição de comissão para analisar o Regimento Interno e levantamento de possíveis alterações.

O Presidente do Conselho realizou a leitura da pauta proposta.

**Primeiro item da ordem do dia:** sobre a leitura das atas, os presentes por unanimidade optaram pela dispensa dessa leitura, visto a ciência da mesma previamente, porém Guilherme pediu que se acrescentasse na ata do dia 25 de Julho, na página 11, a palavra "dias" após o registro de 180, tendo a concordância dos demais, sendo aprovadas por todos por unanimidade as mesmas com tal ressalva.



maurício



Adriana



21



O Presidente do Conselho a seguir citou que inverteria a pedido a ordem da pauta, do item 2 para o 3, seguindo então para a formação da comissão.

**Segundo item da ordem do dia:** O Presidente do Conselho informou então que a comissão seria formada por membros do Conselho Fiscal e Administrativo, ficando assim formada pelos conselheiros: Márcia Ambrozini, Eliete, Ligian, Reginaldo, Iria e Francinete. Na oportunidade ainda estabeleceu-se que a primeira reunião desta comissão será dia 29 de Agosto (terça feira) às 15 horas na sede da Pauliprev.

**Terceiro item da ordem do dia:** Adriana explicou que as sínteses das temáticas ficaram extensas, que teriam finalizado naquela data tal resumo e teriam optado em encaminhar via email dos conselheiros tais sínteses; que associado a demanda de trabalho não teria se preparado para tal apresentação, ficando a disposição após a leitura dos conselheiros, caso contassem com alguma dúvida. A seguir citou que Nara iria apresentar as temáticas nas quais teria participado. Ligian então solicitou que Nara encaminhasse via email a síntese das palestras também, ficando Adriana responsável de reencaminhar para todos os conselheiros. Diante disso tanto a conselheira Nara como a Diretora Previdenciária e Atuária apresentaram aos presentes suas considerações sobre os temas apresentados no 51º Congresso (em anexo a ata, segue as sínteses das mesmas). No decorrer das apresentações surgiram discussões pertinentes dos temas apresentados e a dinâmica hoje do Instituto, como: a questão da aposentadoria requerida como especial pelos Guardas, que não foi realizada a nível Federal tal regulamentação, não possibilitando desta forma que o município oficialize tal questão;

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom right]*

que o recebimento de insalubridade não é sinal suficiente para contar com a aposentadoria especial; da necessidade de cumprir um prazo de 10 anos de trabalho quando da mudança de municipalidade no serviço público; entre outras.

Iria questionou as participantes do Congresso se teria sido discutido a questão da terceirização, tendo a devolutiva negativa. O Diretor Presidente baseado na questão da Iria, citou da questão da ausência de reposição de servidores diante do número de aposentados, as consequências desta questão, expondo a necessidade de se fazer propostas ao Executivo, tanto em relação a reposição do quadro de pessoal, lembrando no entanto hoje a problemática em relação a folha de pagamento e/ ou acrescentar a cada aposentado um valor ao Instituto, que não entraria desta forma para efeito de pagamento de salário, mas que entraria para reposição do cálculo atuarial. Com isso acrescentou que não se obrigaria no futuro os servidores a aumentarem a taxa contributiva no Instituto, ressaltando ainda que isto seria estabelecido através de Lei municipal, diante questionamento da Márcia Ambrozini. Eliete ainda lembrou da necessidade desse valor repostos ser diferenciado considerando as variações de salários das funções/servidores. Iria expôs a seguir que acredita que esta proposta não será acatada em Paulínia, avaliando que isso acabaria gerando a ampliação da terceirização no serviço público, além de ver como ampliação de verba pública contribuindo no pagamento de aposentadorias, acreditando ainda que isso fará ampliar o valor de contribuição do servidor. O Diretor Presidente lembrou que hoje o município já utiliza verba pública quando assume 19% da contribuição junto ao servidor, reiterando desta forma que estaria pensando no Instituto e não na terceirização. Sandra expôs que compreendia a fala da Iria e que também acredita

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

que a contribuição do servidor deverá ampliar , citando ser totalmente contrária a terceirização , acrescentando a seguir que compreende no entanto que em alguns setores se faz necessária em função do tipo do trabalho , como por exemplo os cozinheiros, sendo que através da terceirização os que atuam na cozinha podem ser certamente trocados, virando uma "peça de troca",acreditando assim pouco provável que o Executivo concorde com a proposta apresentada pelo mesmo. O Diretor Presidente acrescentou que tal imposição teria que ser estabelecida em Lei, ou seja, não sendo reposto o servidor torna-se necessário a reposição financeira,lembrando que os gestores públicos sempre tem a preocupação de não ultrapassar o valor estabelecido em folha, reiterando sua posição que também é contra a terceirização. Sandra ainda lembrou alguns momentos que o Instituto vivenciou onde não contou com os repasses previamente estabelecidos , gerando portanto hoje os parcelamentos, e a situação angustiante que o Instituto se mantém mensalmente no aguardo do recebimento ou não do valor de repasse da Prefeitura, apontando ainda que com essa proposta a manutenção desta situação duvidosa se manterá, citando a seguir que serviço público tem que se efetivar através de servidor público. Eliete então questionou o Diretor Presidente se o mesmo teria ciência da posição do Prefeito sobre a terceirização, tendo a devolutiva negativa, porém acrescentando que o Executivo mesmo tendo ciência da aposentadoria recente de 30 servidores como exemplo, teria citado que não reporia ninguém, visto estar considerando o percentual de comprometimento da receita. Com isso o Diretor Presidente avaliou a necessidade de retomar a discussão do assunto de forma mais ampliada com o Prefeito. Ligian pediu a palavra e citou que as criações dos Institutos foram realizados sem pensar mais profundamente, uma vez que poderia somente contar

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom left]*

*[Handwritten signature and initials at the bottom right]*

com êxito a partir de contribuições sistemáticas, da necessidade portanto de todos servidores pensarem no grupo, não individualmente. Fábio pediu a palavra e lembrou sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e a questão do impacto no Instituto, o que fez Eliete questionar Nara se isto vem sendo discutido nas reuniões do PCCV, tendo a resposta que teriam pensando do Instituto porém não haviam se atentado sobre o reenquadramento dos aposentados, se ocorrerá ou não, exemplificando ainda que o seu salário terá um acréscimo de 60%. Iria pediu a palavra e citou que foi sempre sonho do servidor o PCCV, porém lembrou dos vários desvios de função que existem, hoje igual a 1086, questionando como esta situação ficará diante deste Plano, lembrando ainda que se isso passar no Plano, qualquer um poderá entrar na Justiça; da necessidade de se pensar em todas as categorias no PCCV, no futuro de todos, sendo lembrando pela Ligian que o servidor está preocupado em ganhar agora e não no futuro. Iria então ressaltou que ninguém poderá cobrar os conselheiros no futuro, acrescentando ainda que em relação as cozinheiras completando a fala da Sandra que sempre se cobrou condições de trabalho , IPI, que nunca se contou com a saúde do trabalhador, que nunca se contou com visitas nos postos de trabalho para verificar as reais condições, relatando a sua própria experiência de trabalho no SAMU, de portanto a necessidade do servidor acordar para a vida dele e de sua família. A seguir a Diretora do Sindicato pediu a palavra e iniciou sua fala citando que o PCCV é algo que tem preocupado bastante , discordando da fala da Ligian que não é uma questão do servidor querer ganhar ou ter um acréscimo conforme citado pela Nara, é uma distorção que os servidores vem convivendo a décadas e que precisa ser corrigida; que tem ciência que vai causar impacto, porém não pode esquecer que esses direitos estão sendo deixados para trás a

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*Fábio*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*maria*

*[Handwritten signature]* 5 Jul

muito tempo. Cláudia ainda citou que os servidores não contam com um PCCV e portanto há dezenas de desvios diante de várias naturezas (consta no TAC e ação civil pública), ressaltando ainda que no caso dos cozinheiros concorda com a Iria, citando que a municipalidade nunca se preocupou em oferecer boas condições de trabalho. Ressaltou a seguir um erro grande que estava sendo discutido na reunião é a equivalência daquilo que é descontado do trabalhador e repassado pela municipalidade, que o Sindicato tem alertado o Prefeito que se os servidores contarem com problemas na Pauliprev quem vai repor isso será a Prefeitura, não necessitando de Lei, visto que encontra-se já na Lei. Ligian então pediu a palavra e citou da necessidade de todos pensarem da mesma forma, que daqui a 10 anos a Pauliprev não existirá, que no passado o servidor da ativa já ficou sem receber, visto que se atrasou o pagamento, portanto está claro que se paga se quiser. Cláudia então citou que por conta disso de modo algum ela proporá aumento da alíquota ou não efetivação das correções das distorções do PCCV. A seguir a Diretora do Sindicato convidou os conselheiros da Pauliprev assim como o Diretor Presidente para participar das reuniões do PCCV, principalmente nesta segunda fase; que tem ciência que o Secretário de RH assim como o Diretor Presidente estão se desdobrando para fazer cálculos, porém não contam com tais elementos, ressaltando a necessidade de garantir o mínimo que os servidores perderam ao longo desses anos. Iria então questionou se a Pauliprev não vem participando do PCCV, enfatizando como se discute um Plano desse sem tal acompanhamento. Cláudia retomou a palavra e citou que na última reunião Nara teria colocado a preocupação com a Pauliprev, colocação esta forma muito pertinente; sendo que somente o Secretário do RH está participando, enfatizando a seguir que o Sindicato está abrindo a discussão para todos, que é

*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

*[Handwritten signature]*  
*mauricio*

*[Handwritten signature]*

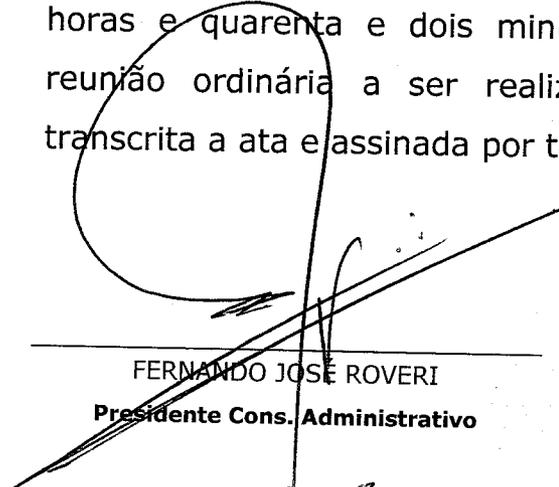
um momento importante. Ligian a seguir citou da importância de antes do Prefeito assinar o PCCV de se fazer o cálculo atuarial , impactando portanto de acordo com o verificado o aumento de repasse à Pauliprev. Sandra pediu a palavra citando que era favorável ao PCCV, porém tem a preocupação com o Instituto e futuro de todos servidores. Jose Carlos pediu a palavra e se solidarizou com a fala dos conselheiros e citou que não entraria em discussão sobre o PCCV, visto ser uma questão política; que o Instituto não é sustentável , que no futuro, mais especificamente em duas gestões o Instituto não terá mais caixa para pagar os aposentados; que a expectativa de vida ampliou-se e com isso a receita, de maneira que a tendência é só cair, achando difícil os Prefeitos destinarem um valor superior para pagamento da Pauliprev e que com certeza se buscará outra solução baseado com que vem sendo realizado no Brasil (aumentar a contribuição dos servidores, aumento da contribuição dos aposentados, etc). Iria então citou que a Diretoria da Pauliprev tem que pensar em investimentos uma vez que já está 7 meses sem , sendo lembrado pelo Diretor Presidente que não tem sobrado por isso não vem contando com novos investimentos. A seguir o Presidente do Conselho solicitou que Eliete realizasse a leitura da resposta do protocolado enviado pelo Conselho ao Prefeito solicitando a participação do Conselho nas reuniões que envolvam discussões sobre a Pauliprev. Após leitura da devolutiva através do Secretário do Rh, Ligian ficou de realizar resposta e reenviar ao Prefeito uma vez que a devolutiva apresentada não foi de encontro com a pergunta. A seguir realizou-se a leitura de outra devolutiva de protocolo, onde o Diretor Presidente do Instituto solicitava ao RH informações sobre a questão da contribuição dos servidores efetivos comissionados, discussão ocorrida em reunião no Conselho anteriormente, ficando também Ligian de oferecer nova devolutiva.

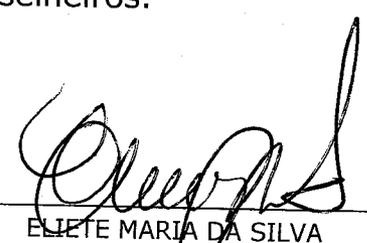
*[Handwritten signatures and initials on the right margin]*

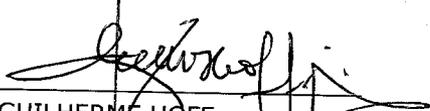
*[Handwritten signatures at the bottom left]*

*[Handwritten signatures and initials at the bottom right]*

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião às dezenove horas e quarenta e dois minutos, reiterando a data da próxima reunião ordinária a ser realizada no dia 22 de Agosto, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.

  
FERNANDO JOSÉ ROVERI  
Presidente Cons. Administrativo

  
ELIETE MARIA DA SILVA  
Secretária Cons. Administrativo

  
GUILHERME HOFF  
Conselho Administrativo

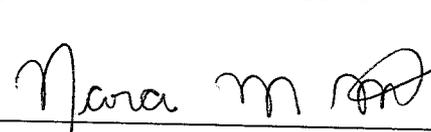
  
LIGIAN REGINA KALVON  
Conselho Fiscal

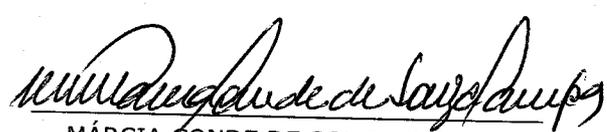
  
JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA  
Conselho Administrativo

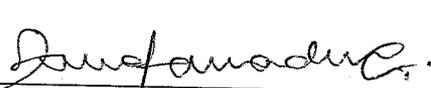
  
FÁBIO CECONELO  
Conselho Fiscal

  
REGINALDO APARECIDO NAVES  
Conselho Administrativo

  
MÁRCIA REGINA A. LOPES DA SILVA  
Conselho Fiscal

  
NARA MARTINS MORETTI  
Conselho Administrativo

  
MÁRCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS  
Conselho Fiscal

  
SÁNDRA ARIADNE CASASSA  
Conselho Administrativo

  
ADILSON DE ALMEIDA LIMA  
Conselho Fiscal

*Nivia*



310  
~~276~~

NIVIA CARLA DA FONSECA  
Conselho Administrativo

*Valmir*  
VALMIR BRUSTOLIN  
Conselho Administrativo

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*